

GASTOS SOCIAIS

Má distribuição aumenta diferenças no País

Estudo inédito do Ipea diz que apenas 4% do total de recursos seriam suficientes para acabar com a extrema pobreza

Sabrina Lorenzi/InvestNews
do Rio

A distribuição dos benefícios sociais do governo agravam, em vez de atenuar, as desigualdades no Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em estudo inédito, mostra como os gastos sociais potencializam discrepâncias entre os estados e, fazendo coro ao Ministério da Fazenda, aponta como as crianças foram deixadas de lado em detrimento ao montante de benefícios destinados aos idosos.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) chama atenção para a exclusão dos trabalhadores informais, já que apenas 1,5% deles têm acesso a crédito.

No documento "Desafios da Política Social Brasileira", os especialistas Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho, do Ipea, mostram que a má focalização dos gastos sociais do governo é tanta que, se redistribuídos, apenas 4% do total de recursos seriam suficientes para acabar com a extrema pobreza do País. Portanto, cerca de R\$ 8 bilhões, dos R\$ 202 bilhões destinados a despesas sociais em 2002, teriam sido suficientes para mudar a vida dos brasileiros 15% mais pobres do País. Os recursos cobririam a renda de cada um deles a ponto de nenhum brasileiro ganhar menos de R\$ 56 por mês, valor limite da linha de extrema pobreza estipulada pelo Ipea.

O governo federal não reparte os

com renda familiar per capita de até R\$ 90. No caso do Bolsa-Escola, as disparidades são parecidas.

As distorções entre os programas sociais do governo tomam as crianças três vezes mais pobres do que os idosos, segundo o Ipea. O grau de pobreza dos idosos também é inferior ao do grupo etário entre 25 e 65 anos. "Ao fixar o benefício do Bolsa-Escola em R\$ 15 mensais por criança e o valor do benefício de previdência rural em um salário mínimo, a atual política de transferência de renda introduz um viés discricionário na política social, levando a que ela passe a beneficiar a população idosa em detrimento à população infantil", avaliam os autores do trabalho Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho.

O Ministério da Fazenda também questiona o rumo da política social, lembrando que, embora o País seja relativamente pobre, a maior parte do gasto social refere-se ao pagamento de aposentadorias e pensões. Em 2002, o governo desembolsou para gastos sociais 15,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Cerca de 9,3% do PIB foram gastos na Previdência no ano passado. "A possibilidade de ampliação dos recursos destinados aos mais pobres depende da realização de reformas estruturais que reduzam os privilégios a grupo de renda mais elevados", frisa o Ministério da Fazenda, no relatório "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", assinado pelo secre-

E que os programas que de fato chegam aos mais pobres ainda detêm participação reduzida no orçamento.

"Para eliminar a extrema pobreza, seria necessário apenas 1% da renda das famílias, segundo a última Pnad (de 2002, do IBGE), ou 4% dos gastos sociais, ou 18% dos custos dos programas compensatórios, como previdência rural e Bolsa-Escola", afirmam Ricardo Paes de Barros e Mirela de Carvalho, do Ipea. Resaltando a desigualdade social, os autores lembram que a renda per capita brasileira é seis vezes maior que

o valor necessário para suprir a alimentação de uma pessoa, mas, apesar disso, 34% em situação de pobreza e 15% situação de extrema pobreza.

O estudo do Ipea mostra ainda que se o Brasil distribuisse recursos como no Uruguai, teria-se 12% de pobres e não 35%, sem elevar gastos. "A pobreza do Brasil seria apenas um terço da que é hoje, caso os recursos de que já dispomos passassem a ser distribuídos da mesma forma que o Uruguai utiliza para distribuir os seus", dizem os especialistas do Ipea.

Apenas com crescimento econômico, sem nenhuma alteração no grau de desigualdade, a renda per capita precisaria mais que dobrar, o que, mesmo com crescimento contínuo da renda per capita de 3% ao ano, levaria 28 anos para acontecer — a redução da extrema pobreza a 5% da população.

Além da focalização das políticas sociais no pobres, Paes de Barros e Mirela de Carvalho recomendam ao governo centralização das informações para maior integração dos programas. Informação às famílias que mais precisam também não há.

O autônomo e a retomada

Sabrina Lorenzi/InvestNews
do Rio

Entre a extinção de empregos formais, salários em queda livre e a falta de investimentos na economia, o espetáculo do crescimento dependerá do exército de 50 milhões de brasileiros que dormem na pobreza. Autor de dezenas de estudos sobre mercado de trabalho, o chefe do Centro de Políticas Sociais (FGV), Marcelo Cortes Neri, mostra ao governo a necessidade de aumentar o capital produtivo — e não somente o consumo — dos pobres. E 58% deles vivem em famílias chefiadas por trabalhadores informais — praticamente excluídos de políticas públicas.

O financiamento ao trabalhador autônomo é uma das poucas atitudes que o governo pode tomar para aquecer o mercado de trabalho.

Gerar emprego formal, com tamanha oferta de mão-de-obra e baixo investimento, é missão árdua com exceção das empresas exportadoras. O pouco emprego com carteira assinada que tem aparecido de maneira tímida é fruto do crescimento das exportações, segundo investigações da FGV.

"O mercado de trabalho não está pra peixe e é por isso que o governo deveria tentar ao máximo atrair as pessoas para o estudo, para se preparem até que a situação econômica melhore", afirma, expondo um dos motivos pelos quais não nutre simpatia pelo programa Primeiro Emprego. Se por um lado o Primeiro Emprego peca por estimular jovens a entrar num mercado de trabalho sem chances, segundo a FGV, agrada por estar voltado para as metrópoles, as mais carentes de políticas sociais hoje.